



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!

461) Aponte a alternativa incorreta de acordo com o texto do Código Penal.

- a) sujeição a tratamento ambulatorial é espécie de medida de segurança.
- b) a ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- c) a representação será irretratável a qualquer tempo.
- d) o perdão do ofendido, nos crimes em que somente se procede mediante queixa, obsta ao prosseguimento.

RESPOSTA: C. Pelo fato de estar em desconformidade com o artigo 102, do CP, o qual prevê que a representação é irretratável depois de oferecida a denúncia e não a qualquer tempo.

462) Sobre o perdão do ofendido, de acordo com o texto do Código Penal aponte a correta

- a) se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.
- b) se concedido por um dos ofendidos, o direito dos outros fica prejudicado.
- c) produz efeito mesmo que o querelado o recuse.
- d) é admissível o perdão depois que passa em julgado a sentença condenatória, ocasião esta que os efeitos da condenação e seu registro ficam excluídos.

RESPOSTA: A. Pois está de acordo com o artigo 106, I, do CP.

463) Não extingue a punibilidade do agente

- a) a morte do agente.
- b) a anistia, a graça ou o indulto
- c) o perdão aceito pelo agente
- d) a morte do ofendido (vítima).

RESPOSTA: D. Porque a morte da vítima não está incluída no rol do artigo 107, do Código Penal. Somente a morte do agente infrator, pois a pena não pode ultrapassar da pessoa do condenado (artigo 5º, XLV, da Constituição Federal).

464) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime. De acordo com o texto do artigo 109 aponte a alternativa incorreta sobre os prazos de prescrição.

- a) prescreve em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze.
- b) prescreve em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze.
- c) prescreve em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois e não excede a quatro.
- d) prescreve em quatro anos, se o máximo da pena é inferior a um ano.

RESPOSTA: D. Porque a assertiva combina os prazos dos incisos V e VI, sendo que o crime prescreve em quatro anos se o máximo da pena é igual a um ano e não excede a dois. Crimes apenados com pena de até um ano prescrevem em três, conforme inciso VI, do artigo 109, o qual foi modificado a sua redação pela Lei 12.234/ 2010

465) Não é considerada causa interruptiva da prescrição.

- a) o oferecimento da denúncia ou da queixa.
- b) a pronúncia.
- c) a reincidência
- d) pela decisão confirmatória da pronúncia.

RESPOSTA: A. Porque o texto legal fala que o recebimento da denúncia ou da queixa (pelo Juiz) interrompe a prescrição e não o seu simples oferecimento.

466) Aponte a incorreta

- a) interrompida a prescrição, salvo pelo início ou continuação do cumprimento de pena, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção.
- b) as penas mais leves prescrevem antes das mais graves.
- c) a sentença que concede perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência.
- d) no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

RESPOSTA: B. Porque o Código Penal afirma que as penas mais leves prescrevem (junto) com as mais graves, conforme artigo 118.

467) Sobre o crime de atentado contra a liberdade de trabalho, assinale a incorreta

- a) comete o crime quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça a trabalhar durante certo período ou em determinados dias.
- b) comete o crime quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça a não exercer arte ou profissão.
- c) comete o crime quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça a abrir o seu estabelecimento de trabalho.
- d) comete o crime quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça a pedir demissão do emprego.

RESPOSTA: D. Porque tal conduta não é prevista nos incisos do artigo 197, do CP.

468) Aponte a alternativa correta sobre os crimes contra a organização do trabalho previstos nos artigos 197 a 207 do Código Penal.

- a) pune quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho.
- b) pune quem constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar de comissão de conciliação prévia.
- c) pune quem participa de suspensão ou abandono coletivo de trabalho.
- d) pune quem participa de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra privada ou serviço de interesse particular.

RESPOSTA: A. Pois está em conformidade com o artigo 198, do CP.

469) Sobre os crimes contra o respeito dos mortos, previstos nos artigos 209 a 212, assinale a alternativa incorreta.

- a) é crime impedir ou perturbar enterro ou cerimônia funerária.
- b) é crime violar ou profanar sepultura ou urna funerária.
- c) é crime destruir, subtrair ou ocultar cadáver inteiro.
- d) é crime vilipendiar cadáver ou suas cinzas.

RESPOSTA: C. Pois o artigo 211, prevê o crime quem destrói, subtrai ou oculta parte de cadáver.

470) Sobre os crimes contra a família aponte a alternativa correta.

- a) comete o crime de abandono material quem deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho maior de dezoito anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de setenta anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente fixada, acordada ou majorada e, também que deixa, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo.
- b) comete o crime de entrega de filho menor a pessoa inidônea quem entrega filho menor de dezoito anos a pessoa em que cuja companhia saiba ou deva saber que o menor fica moral ou materialmente em perigo.
- c) comete o crime de abandono intelectual quem deixa, sem justa causa, de prover à instrução secundária (ou média) de filho em idade escolar.
- d) a lei pune quem permite que menor de vinte e um anos e maior de dezoito, sujeito a seu poder ou confiado à sua guarda ou vigilância freqüente casa de jogo.

RESPOSTA: B. Porque está de acordo com o artigo 245 do Código Penal. As demais são incorretas porque apresentam os seguintes erros, respectivamente: idade é menor de dezoito anos e maior de sessenta; a instrução é primária ; e a idade é de menor de dezoito anos.